



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2016	15h	4ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 4ª
(QUARTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016.**

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Sob a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão ordinária de quinta-feira, 11 de fevereiro de 2016, às 15h01min.

Tendo em vista não haver *quorum*, suspendo a sessão por até trinta minutos, até que se complete o *quorum*.

(Suspensa às 15h01min a sessão é reaberta às 15h03min.)

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Declaro reaberta a presente sessão.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Roosevelt Vilela. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2016	15h	4ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Srs. Deputados, quero trazer aqui aos colegas Deputados uma preocupação extremamente grave acerca da execução do Fundo Constitucional do Distrito Federal, que nós relatamos para o Senhor Governador ainda em uma audiência junto aos policiais civis promovida pelo Deputado Cláudio Abrantes.

No final do ano, às vésperas de encerrar o ano, creio que em torno de dez dias antes, foi publicado um decreto da Sra. Presidente Dilma Rousseff que autorizava o remanejamento de quase 110 milhões de reais provenientes das diferentes áreas da segurança pública. Ao mesmo tempo, nesse processo, apresentou-se também um empenho, ou seja, vai ser gasto, em 2016, recurso de custeio de investimento da ordem de 135 milhões de reais.

O mais grave, Sra. Presidenta, é que, na crise, na dificuldade extremamente grave que nós estamos vivenciando, o passo que o governo tomou, a despeito de que, nesta tribuna e na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, nós apresentamos, por várias vezes, a preocupação a respeito do risco que o governo corria de perder de 150 a 180 milhões de reais.

Depois de insistentes colocações e divulgações na mídia, o governo fez esse trabalho. Remanejou o montante de cerca de 110 milhões de reais. Entretanto, empenhou, como eu disse, nos últimos dias do ano passado, cerca de 135 milhões de reais.

O que ocorre, Deputado Roosevelt Vilela? Ao mesmo tempo em que o governo faz esse empenho, entra o novo orçamento de 2016 com os recursos destinados tanto à área de pessoal, de custeio, de manutenção e de benefício, como também à área de investimento para a segurança como um todo. Ora, numa situação crônica como esta que estamos vivenciando, é correr o risco, Deputado Prof. Reginaldo Veras, de perder cerca de 135 milhões, simplesmente porque, se o governo não liquidar aquilo que disse que gastaria, ele deixará de gastar esse dinheiro no âmbito do Distrito Federal, ficando o recurso na União.

Portanto, essa questão da gestão financeira no Distrito Federal é extremamente preocupante, porque tem representado sucessivas perdas, não apenas neste governo, já vem de diversos governos. Quem mais perde é a população do Distrito Federal, porque o governo poderia ter feito um remanejamento, já que vai entrar, uma semana depois, o novo orçamento. Poderia empenhar, já no orçamento de 2016, dizendo: o que não se gastou em 2015 remanejar-se-á para a área que tem condições de gastar de imediato, que é a área de pessoal, em que o governo utiliza um montante de recurso considerável da Fonte 100, da fonte do Tesouro do Distrito Federal, sobretudo na área da educação e na da saúde.

Os colegas perguntam: Wasny, a segurança não estará perdendo? Eu não vou dizer que a tela não perderia alguma coisa daquilo que conseguisse liquidar no



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2016	15h	4ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

transcorrer desse ano. Mas ela perderia muito menos se cedesse para uma área que, neste ano, vai ter uma substancial queda. A área da saúde vai ter uma queda de 20%, a área da educação (Falha na gravação.)

Então, nós precisamos entender que, ao mesmo tempo, este ano, a área da educação vai ter uma drástica redução, até para compensar a queda do orçamento do fundo para este ano, advindo da União de quase 4% – ou 4% e qualquer coisa. E neste ano se justifica, porque exatamente neste ano o governo está aumentando a rubrica da segurança como um todo, ao redor de 11%. É claro que aí há uma disparidade gritante dos percentuais entre as três diferentes corporações. Enquanto uma é em torno de 4%, a outra chega a aproximadamente 15%, mas, naturalmente, há alguns raciocínios que nós ainda não temos em mãos, e o governo não iria fazer uma coisa dessas impensadamente. Mas, neste caso, eu desafio o governo a realmente executar os 135 milhões, porque aí eu serei um determinante cobrador no que diz respeito à perda desses recursos, que vêm para determinadas finalidades, e o governo do Distrito Federal, nas suas diferentes unidades, não consegue gastar. Isso que é um prejuízo! Poderia gastar em outras áreas que vão sacrificar o Distrito Federal numa proporção muito maior, que é o orçamento proveniente do Tesouro do Distrito Federal.

Portanto, quero deixar no plenário desta Casa essa preocupação. Vamos ter outros capítulos e vamos abordar esse assunto, para mostrar que governar significa ter gestores à altura e na magnitude do desafio. Não adianta ocupar cargos, ter as remunerações provenientes do cargo e não fazer a devida tarefa antecipada. E não é maior – Deputado Roosevelt Vilela, que é da área da segurança –, porque lá atrás, nos meses anteriores, o governo já tinha feito o remanejamento de 104 milhões na área da segurança e reforçou as dotações orçamentárias na área da Polícia Militar, sobretudo.

Portanto, isso demonstra que, quando você consegue fazer um gerenciamento atualizado, as suas perdas com certeza são menores.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra, pelo Colégio de Líderes, ao Deputado Prof. Israel.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (Bloco Sustentabilidade, Trabalhismo e Solidariedade. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estou aqui para trazer algumas reflexões importantes. Primeiro com relação à felicidade que nós temos este ano com a indicação da escritora Lygia Fagundes Telles para o Prêmio Nobel de Literatura, um reconhecimento dessa grande escritora. Outros escritores brasileiros passaram muito perto disso. Carlos Drummond de Andrade, por exemplo, só não aceitou a indicação para o prêmio porque acreditava que seria uma injustiça ele ganhar o prêmio antes de Jorge Amado. Eu acho uma injustiça com todos eles Jorge Amado merecia o prêmio, Carlos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2016	15h	4ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

Drummond também o merecia. Por causa disso, o Brasil ficou sem o Nobel de Literatura.

Na língua portuguesa, nós só temos um Nobel de Literatura, que é o do português José Saramago. Agora temos a chance de disputar não só com uma brasileira, não só com uma lusófona, mas também uma mulher. Isso para mim é digo de nota.

Mas isso também nos traz uma reflexão muito dura. Nós temos cinco campeonatos mundiais de Copa do Mundo de Futebol; nós somos pentacampeões. Apesar da derrota para a Alemanha, somos imbatíveis nesse assunto. Estamos lá na frente. Há alguns anos nós decidimos que iríamos realizar a Copa do Mundo aqui, no Brasil. Primeiro lutamos para que fôssemos escolhidos; depois de escolhidos, fizemos de tudo para que essa Copa do Mundo acontecesse: nós construímos estádios, nossos aeroportos sofreram uma grande transformação, nossas cidades tiveram implementação de infraestrutura, gastou-se uma verdadeira fortuna para que a gente pudesse celebrar a Copa do Mundo e realizar as Olimpíadas deste ano de 2016. Então nós gastamos muito com isso.

O interessante é que até a nossa pesada Lei de Licitações foi alterada para que se pudesse realizar esses eventos internacionais esportivos. Aí eu fico pensando sobre o que são as nossas prioridades. Nós brasileiros provamos com a Copa do Mundo, uma imensa capacidade de focar a nossa energia; nós provamos para o mundo que podíamos fazer uma Copa do Mundo para ser lembrada. E se nós propuséssemos fazer o mesmo esforço que fizemos pela Copa para ganhar o nosso primeiro Nobel em Ciência? Nós gastamos, preparando a Copa do Mundo, dez anos da nossa história, foram dez anos de profundas transformações no Brasil.

E agora eu queria propor de a gente gastar os próximos dez anos no intuito de trazer o primeiro Nobel de Ciência para o Brasil. Para isso a gente teria que investir na educação básica, desde já, e vencer uma série de desafios. Eu sei que é difícil, mas, com a Copa do Mundo e com as Olimpíadas, o Brasil provou que é capaz. É difícil. Nós acabamos de receber um estudo da OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, que comparou 64 países do mundo. O resultado da pesquisa saiu agora, está fresquinho, saiu na semana do carnaval. Por esse resultado o Brasil está entre os dez países com pior rendimento escolar em Matemática, Leitura e Ciências. Este foi o resultado que a OCDE apresentou esta semana.

Eu fico pensando: que tal se nós decidíssemos que, daqui a dez anos, nós vamos ter o Nobel de Química e fizéssemos o mesmo esforço feito para a Copa do Mundo para receber lá, na Suécia, o nosso primeiro Nobel de Ciências? Essa é a proposta. Isso porque o nosso País precisa dar uma guinada. Nós vamos chegar ao nosso ápice demográfico em 2022, quando a população economicamente ativa será maior do que a população inativa. O Brasil vai atingir o seu máximo grau de riqueza quando a população ativa será capaz de sustentar toda a população inativa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2016	15h	4ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

O problema é que, com o ritmo que estamos dando à nossa educação, em 2022, a população economicamente ativa vai ser analfabeta funcional. É uma população que, apesar de estar no seu vigor físico, de ter musculatura, não sabe fazer uma regra de três. É isso que a pesquisa da OCDE demonstra. Dos 64 países pesquisados, o Brasil está entre os dez com maior número de estudantes que não sabem fazer uma regra de três. É isso que a pesquisa está dizendo. Dos 64 países pesquisados, o Brasil está entre os dez com o maior número de estudantes do ensino médio que não conseguem ler um parágrafo, apenas palavras soltas. É o que a gente chama de analfabetismo funcional.

Então, eu queria propor esta reflexão: no momento em que temos a indicação da Lygia Fagundes Telles para o Nobel de Literatura, por que não reunir as forças nacionais? Por que não reunir a energia do Brasil, os recursos que este País tem para que a gente supere o déficit educacional que estamos vivendo no País?

O nosso País conseguiu fazer uma grande superação, que foi dar acesso universal ao ensino básico. Hoje, praticamente, todos as meninas e meninos brasileiros podem ir à escola. Mas, a pergunta que a gente tem de fazer é: que escola nós estamos oferecendo? Com a universalização do ensino, a escola perdeu a qualidade profundamente. E com essa perda da qualidade, estamos gastando bilhões de reais todos os anos por uma educação que não faz o menor sentido na vida dos brasileiros.

Então, era isso que eu queria dizer, Sra. Presidente, com muita vontade de que esta Casa ajude a protagonizar esse processo de melhoria da nossa educação, porque precisamos disso. Nosso País precisa muito disso.

É bom lembrar, também, para encerrar esse meu comunicado, que essa já é a terceira pesquisa da OCDE que coloca o Brasil entre os dez piores do mundo em termos de educação.

Eu vim a esta tribuna lembrar da primeira pesquisa, quando o Brasil foi classificado como o primeiro no *ranking* mundial de violência escolar e violência contra o professor.

Eu também subi a esta tribuna quando a OCDE, na sua penúltima e última pesquisa, apontou que o Brasil é o primeiro no *ranking* mundial de indisciplina em sala de aula, e que é o primeiro no *ranking* mundial em tempo gasto pelo professor para obtenção do silêncio da turma para que ele possa dar aula. Nós somos o primeiro do mundo nesses *rankings* tão terríveis. E agora mais um *ranking* entre os dez piores em leitura, Matemática e Ciências.

Precisamos usar a mesma energia que usamos para fazer a Copa e as Olimpíadas para que, nos próximos dez anos, mudemos essa situação.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2016	15h	4ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, quero registrar no plenário desta Casa, particularmente para cada um dos Deputados, que nessa última terça-feira foi sepultado o companheiro José Beni, inclusive amigo pessoal da Deputada Telma Rufino que está ao lado de V.Exa.

Foi um cenário extremamente comovente a perda de uma liderança política de Ceilândia, do futebol, da vaquejada e de várias áreas da sociedade ceilandense. Estavam presentes a Deputada Luzia de Paula, o Deputado Prof. Reginaldo Veras, o Senador Cristovam Buarque, ex-Deputado Federal Geraldo Magela e outras lideranças de que eu não me recordo ou com quem não tinha cruzado. Estava o ex-Senador Luiz Estevão.

Eu quero registrar no Plenário desta Casa a passagem desse amigo, companheiro e uma das pessoas mais inteligentes que eu tive a oportunidade de conhecer. Inclusive, estava lá o atual Presidente do Pátria Livre, que pude identificar entre os presentes. Então, Deputada Telma Rufino, eu peço que a Casa faça um gesto e um registro da perda dessa figura tão relevante para a política, sobretudo, na cidade de Ceilândia, e particularmente, para os torcedores do Ceilandense.

Muito obrigado, Deputada.

(Assume a Presidência a Deputada Telma Rufino.)

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Por nada, Deputado Wasny de Roure.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (Bloco Parlamentar Democrático e Trabalhista. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente Deputada Telma Rufino.

Boa tarde a todos.

O que me traz hoje aqui, primeiro, apesar de já se terem passado alguns dias, é homenagear o policial militar, Cabo Renato Fernandes, que a semana passada, em serviço, perdeu a vida. E, junto com a homenagem, lamentar um fato est arrecedor: durante a tentativa dos soldados da guarnição do Corpo de Bombeiros de salvar a vida dele, algumas pessoas que passavam naquele momento – tomamos conhecimento disso, Deputado Wasny de Roure – vaiaram aquele policial que estava ali, naquele momento, no chão. Depois, ficamos sabendo, Deputado Bispo Renato Andrade, meu Líder, que ele já havia perdido a vida. Mas, aquele policial perdeu a vida, porque estava atrás de um bandido, tentando tirar das ruas mais um desses marginais, que é protegido por esses direitos humanos, por essas aberrações que são criadas na sociedade. Isso nos est arrecece, porque, com certeza, a família do Cabo Renato Fernandes não foi procurada, por nenhuma Comissão de Direitos Humanos, para saber como está o filho dele, de 6 anos.

Então, o que me traz aqui é homenagear o Cabo Renato Fernandes e a família dele e homenagear todos os policiais. Neste caso: os policiais militares, os



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2016	15h	4ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

policiais civis, os policiais rodoviários e os policiais federais, porque eles não recebem, pelo menos, por parte da sociedade, o mesmo carinho e o mesmo zelo. Esses policiais, que dedicam as suas vidas, que são heróis anônimos, heróis disfarçados de policiais, não têm o mesmo carinho. Não ocupam páginas de jornais quando perdem as suas vidas, mas têm o seu reconhecimento quando a população precisa deles, porque aí sabem ligar para o número 190, como souberam quando a vítima daquele roubo de carro foi morta.

Entristece-nos bastante quando pessoas vão, quando pessoas atacam uma vítima que estava trabalhando para socorrer aqueles que foram vítimas da violência. É muito triste saber que no nosso País ainda agem dessa forma com os operadores da segurança. É muito triste saber que é assim que a nossa cultura impõe os nossos sentimentos: atacar aquele que... O operador de segurança pública salva vidas, uma vez que, quando tira um criminoso das ruas, restringe alguém que potencialmente iria tirar a vida de outro alguém.

O que o Cabo Renato Fernandes estava fazendo – e fazia muito bem. Fez sempre ao longo da sua trajetória – era salvar vidas. Ele perdeu a vida – e aí é muito triste dizer isso – por nada, porque, se ele botasse aquele bandido na cadeia, sabe o que aconteceria? Logo depois, o bandido seria colocado na rua. Logo depois, porque aquele bandido não oferece risco. É assim que funciona hoje. Então, hoje o bandido não oferece risco. Aí o policial vai atrás dele, troca tiro, morre em um acidente. Sabe para quê? Para leva-lo para o Judiciário! Que sejam leis, que seja o que quiser! O juiz também está limitado a isso! Tudo para o bandido ser colocado na rua depois, porque não oferece risco.

Então, por que nós policiais – eu não, porque já estou me aposentando no dia 18, não posso nem me colocar mais nessa condição – temos de correr risco? Por que o Cabo Renato Fernandes teve de morrer, quando ele sabia que, logo depois, aquele bandido seria colocado na rua? Sabe por que, Deputado Wasny de Roure? Porque está no sangue, está no coração. Ele sabia que não iria dar em nada aquela ocorrência, mesmo tendo levado aquele criminoso em flagrante. Mas, mesmo sabendo que tudo aquilo não iria dar em nada, ele iria fazer a parte dele, porque é assim que age o policial militar. É assim que age o policial civil e todos os policiais deste País.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Wellington Luiz, eu creio que é também nesses momentos que a sociedade tem de fazer uma avaliação da situação em que se encontram a polícia e o setor da segurança como um todo.

Eu acabei de fazer um pronunciamento demonstrando os riscos que o governo corre por perdas de recursos de investimento. Tem sido notório o volume de recursos perdidos ao longo da execução do Fundo Constitucional. É notório.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2016	15h	4ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

Eu lamento o que ocorreu com o Cabo Renato Fernandes. A minha solidariedade à família dele, que é quem mais irá sofrer neste momento, e também à corporação, que se sente órfã.

Inclusive, na terça-feira, eu estive no cemitério, conforme relatei aqui, estive presente no sepultamento do companheiro José Beni. Lá, várias pessoas moradoras de Ceilândia e de Taguatinga e presentes naquele sepultamento relataram o quadro dramático vivido pela sociedade. Porque não é só o falecimento desse soldado. Ali, é como se toda a sociedade estivesse tendo o sentimento de derrota do bem, do que é correto, do que é necessário, em detrimento da criminalidade.

Hoje, assistimos a documentários, filmes, serem premiados com o Oscar. Tivemos, recentemente, um no qual se demonstra o que aconteceu em alguns estados onde o crime passou a controlar, onde a polícia é meramente decorativa. O Estado não existe. O que predomina é a criminalidade, a força do dinheiro deles e a força do armamento e do avanço tecnológico que esse segmento tem.

Portanto, o que V.Exa. está fazendo aqui é clamar pela sociedade, que se sente órfã na área da segurança pública. Porque, semelhantemente a esse policial, há vários outros cidadãos caindo e tombando por absoluta omissão do Estado ou por omissão até mesmo da própria sociedade – porque não dizer! –, porque, muitas vezes, intimidados pelo medo, se recolhem, se mantêm anônimos nos processos de investigação, para poder ver no que dá e assim a vida continuar.

Parabenizo V.Exa. por esse compromisso, com a segurança pública do Distrito Federal, a partir de casos específicos, que demonstram a nossa inoperância.

E, diga-se de passagem, que foi nesse sepultamento que o Governador foi extremamente agredido verbal e quase fisicamente, pelo que me relataram. Quer dizer: é uma situação que transcende esse cenário, é a total perda do controle que estamos vivenciando.

Eu ouvi, na semana passada, juntamente com três procuradores – ouvi da boca de um desembargador – sobre esse quadro dramático que o Distrito Federal está vivendo.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Agradeço o aparte do Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO RICARDO VALE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Wellington Luiz, primeiro, eu quero parabenizar V.Exa. por estar trazendo de novo esse debate sobre a segurança pública e sobre a tragédia que houve com o Cabo Renato Fernandes, na semana passada.

Hoje eu estava vendo nas redes sociais que, de um carro da PM, se soltou um pneu. Ainda bem que estava em baixa velocidade; se estivesse numa operação,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2016	15h	4ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

correndo um pouco mais rápido, provavelmente ocorreria outra tragédia envolvendo os policiais militares do Distrito Federal.

O que acontece – e que todos nós estamos vendo – é que o sistema público de segurança do Distrito Federal está falido. Está falido! Nós precisamos discutir o sistema público de segurança.

Nós percebemos já há muitos anos que, além de serem mal remunerados os nossos policiais, os equipamentos com que trabalham não são adequados. Não precisa ser especialista para ver que esses carros pesados – esses Toyotas, esses Mitsubishi – não têm condições de... Eles capotam facilmente. Quantos carros já capotaram?

Eu estou falando isso porque, muitas vezes, as pessoas acham que, quando você critica uma ação da polícia, uma ação de algum órgão de segurança, de forma mais ríspida, com relação a seja lá quem for, as pessoas falam: “Ah, pô, o pessoal...” E eu, como Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, sei que, às vezes, há excessos não da Corporação, mas de um ou de outro.

Entendo também que direitos humanos é para todos, inclusive para os policiais. Os policiais precisam ter condições de trabalho. Quando o policial é mal remunerado e não tem condições de trabalho, está faltando também direitos humanos para que ele possa atuar e exercer a sua profissão com dignidade, com respeito.

Se não fizermos esse debate com muita tranquilidade, vamos ficar nessa história de bandido contra polícia, e não se trata disso. Nós temos que dar condições para a polícia trabalhar, para os policiais trabalharem. E eles precisam ser bem remunerados, precisam ser bem tratados e precisam de condições de trabalho. Hoje já está provado que eles não têm isso. É colete vencido, carro que não presta para correr atrás de bandido, equipamentos... Os bandidos têm uma estrutura bélica melhor do que a própria polícia. Portanto, precisamos fazer esse debate.

Eu fui provocado por muitos amigos que tenho na polícia. Eu conheço muitos policiais militares, policiais civis, bombeiros. Eles indagaram: “E aí? Cadê a comissão de direitos humanos?” Tanto que soltamos uma nota, como Presidente da comissão.

Quero aqui pedir o apoio de V.Exa., que é policial, e de todos os Deputados para trazermos esse tema para esta Casa. Que possamos debater a situação da nossa segurança pública, em especial, as condições de trabalho da Polícia Militar, da estrutura dessa corporação, que, na minha avaliação e pelo que escuto nas ruas dos próprios policiais militares, não presta mais, não funciona, não tem condições. Nós precisamos rever isso.

Policial com 20, 22 anos, estuda, forma-se, trabalha, dedica-se ao Estado, e não é reconhecido nunca! Não é valorizado nunca! Nunca tem a oportunidade de estar num cargo de comando na polícia. Isso está errado! Nós precisamos trazer esse debate para esta Casa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2016	15h	4ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

Eu não protocolei ainda essa proposta. Quero conversar com todos os Deputados para que possamos realizar uma audiência pública para discutir a estrutura e as condições de trabalho da nossa Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros e da Polícia Civil.

Fica aqui esse registro.

Foi importante V.Exa. trazer esse debate. Porém, não dá para ficar só no debate. Nós, Deputados, precisamos fazer alguma coisa.

Muito obrigado pelo aparte, Deputado.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Parabéns, Deputado.

Quero deixar bem claro que eu aceitei compor a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, sob a Presidência de V.Exa., até porque sei da sua concepção. Se houvesse uma concepção desvirtuada da que eu entendo, eu jamais faria parte da comissão. Desde o primeiro momento, vi que V.Exa. está atento, inclusive aos direitos humanos dos policiais. É por isso que estou lá.

Recentemente, V.Exa. me delegou a responsabilidade de cuidar de arbitrariedades cometidas contra policiais militares e ex-policiais militares. É isso o que esperamos. Não é como algumas comissões que se dizem de direitos humanos, mas que, na verdade, são de direitos humanos de bandidos. Bandido é bandido, e como bandido tem que ser tratado!

Assim, plagiando o meu amigo Michel, bandido tem lugar. Na minha opinião, não podemos falar que bandido tem que estar morto, senão a gente responde por isso, mas que deveria estar, deveria.

Dizem que bandido tem que ter uma segunda oportunidade. E o pai de família que morreu na mão dele? Ele teve uma segunda oportunidade para estar vivo? Arrancam ele da sepultura? Então, não tem jeito de ter uma segunda oportunidade; só bandido tem segunda oportunidade, a vítima do homicídio não tem. Então, essa história de segunda oportunidade é meio duvidosa.

Voltando ao nosso assunto, realmente, é complicado, e eu não estou aqui acusando o Poder Judiciário, mas que é enxugar gelo, é! Que seja devido às nossas leis, que são frouxas, e por que o Judiciário está submetido a elas... Agora, você correr atrás da criminalidade, levar para uma audiência de custódia, e lá, rapidinho, o cara sair? O que nós, policiais, estamos fazendo? Temos que avaliar isso, temos que fazer uma reflexão sobre se vale a pena mesmo o policial correr esse risco todo. O indivíduo é preso em flagrante, levado para audiência de custódia e, lá, ele é solto?

Estamos gastando recursos, estamos correndo riscos, então temos que ver se isso vale a pena, porque daqui a pouco é melhor a polícia fechar as portas! Não vai ter mais necessidade dela. Temos que pensar bem sobre que segurança nós temos e sobre o que nós queremos para a nossa cidade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2016	15h	4ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

Com todo respeito ao Governo do Distrito Federal, mas nesse governo nós já colocamos poetas, filósofo, músico, sei lá! Com todo respeito, não estou aqui acusando ninguém, mas, me desculpem, cada macaco no seu galho! Segurança é para quem entende de segurança! Não dá para brincar com isso. Então, se tem um músico, ele tem que cuidar da cultura. É assim que funciona. Nós temos nossos professores aqui que cuidam da nossa educação, que é o pior da nossa sociedade.

Todos os dias a gente testa um novo secretário de segurança. É o que eu tenho dito aqui: a nossa segurança é um laboratório, e o povo de Brasília é a cobaia. Uma hora dá certo. Enquanto isso, o sangue da população está sendo derramado! Enquanto isso, o governo resolve contratar a conta-gotas. Uma hora dá certo! Agora, quando morre um policial em serviço, acham ainda alguns infelizes para vaiar o corpo daquele que estava fazendo a sua parte.

Obrigado, Presidente.

Concluo dizendo que a nossa sociedade tem que fazer uma reflexão a respeito do que é o policial, de para que serve o policial, de qual é o seu papel na sociedade e de por que ele deve ser valorizado!

Desde quando eu era presidente do sindicato – o Cláudio, que está aqui, sempre lembra disso; ele é um dos grandes defensores dessa bandeira da segurança pública, inclusive da contratação de novos policiais –, na minha opinião, talvez a contratação seja uma das formas de amenizar esse problema.

O policial luta por melhores salários porque dele depende. Policial que não luta por salário, alguma coisa de errado tem. O policial tem que ser valorizado e tem que ter bons salários.

Essa é uma bandeira nossa, é uma bandeira pela qual temos que lutar: policial tem que ser reconhecido e valorizado, e não vaiado, quando perde a vida em prol da sociedade, de uma sociedade em que parte dela não reconhece isso.

Quero aqui, mais uma vez, homenagear o Cabo Renato Fernandes perante sua família. Podem ter certeza absoluta: Cabo Renato Fernandes, onde quer que esteja, saiba que há pessoas que lembram do senhor e reconhecem tudo o que o senhor fez. Policiais como o senhor, com certeza absoluta, terão um lugar reservado no céu.

Não foi em vão, não! Certamente, a luta contra a criminalidade nunca é em vão, por mais que alguns apostem que essa luta está perdida.

Nós vamos continuar lutando até que o bem vença o mal.

Muito obrigado.

(Assume a Presidência o Deputado Bispo Renato Andrade.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Muito obrigado, Deputado Wellington Luiz.

Encerrados os Comunicado de Líderes, passa-se aos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2016	15h	4ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, membros da imprensa, demais assessores, hoje estamos aqui debatendo a questão da segurança pública no Distrito Federal. Pela manhã, recebi umas imagens que me chocaram. Recebi, na realidade, um vídeo que foi feito por alguns membros da corporação do batalhão da Polícia Militar que atende Samambaia.

Deputado Chico Vigilante, Deputado Ricardo Vale e Deputado Wellington Luiz, essa viatura que está atendendo a região de Samambaia está com um pequeno problema: a porta do passageiro não fecha. O policial, para fazer o atendimento da comunidade, Deputado Wellington Luiz, tem que entrar no carro, colocar o cinto de segurança e ficar segurando a porta para ela não abrir e ele não ir junto.

Infelizmente, ontem, teve um incidente. Essa viatura estava numa perseguição, o motorista obviamente fez uma curva brusca e esse policial foi arremessado, porque a porta obviamente não estava trancando.

Hoje, de madrugada, os policiais que estavam fazendo a ronda pelo 4º Batalhão, no Guará, tiveram uma surpresa quando foram entregar o carro da viatura. Quando eles foram fazer a manobra para entrar no batalhão, Deputado Cláudio Abrantes, a roda da viatura saiu.

Esses são dois exemplos de como estão os aparatos da Polícia Militar do Distrito Federal. Viaturas sem manutenção, coletes à prova de bala vencidos. O Deputado Cláudio Abrantes e o Deputado Wellington Luiz, que são da segurança pública, sabem da importância, obviamente, de se ter um colete à prova de balas dentro do vencimento.

Eu lhes faço uma pergunta: até quando os nossos policiais que são heróis vão continuar tendo coragem de ir às ruas com um equipamento desse? Estamos na Capital da República. A Polícia Militar do Distrito Federal é financiada pelo Fundo Constitucional, assim como a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros.

Existe dinheiro do Governo Federal para financiar a segurança pública do Distrito Federal. A minha pergunta é: até quando vamos aceitar que as viaturas, que os aparatos utilizados pela Polícia Militar – não vou falar aqui da Polícia Civil, porque os vídeos que recebi foram da Polícia Militar –, até quando vamos aceitar que isso continue assim?

Tivemos recentemente um policial que foi morto num acidente, num capotamento, e vários policiais disseram que houve capotamento por falta de manutenção, porque o pneu da viatura estava careca.

Tivemos, três dias antes da morte desse policial, duas viaturas que também capotaram na saída da EPTG por falta de manutenção.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2016	15h	4ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

Aí, a pergunta que faço é a seguinte: até quando a polícia da Capital da República, a Polícia Militar do Distrito Federal, vai ser tratada dessa forma?

Se nós... Digo nós porque temos responsabilidade nisso, mesmo que, constitucionalmente, não possamos escrever uma linha. A Câmara Legislativa não pode escrever uma linha para beneficiar a Polícia Militar, a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros, porque isso é de competência do Congresso Nacional, o que, na minha visão, é um erro, Deputado Cláudio Abrantes, porque quem conhece e representa a população do Distrito Federal é esta Casa. É esta Casa!

Então, na realidade, a incompetência constitucional que a Câmara Legislativa tem para legislar sobre a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros e a Polícia Civil, na minha visão, é uma contradição, porque, nas outras unidades da Federação, quem faz a legislação para as três forças da segurança pública é a assembleia legislativa. Por que o Distrito Federal não pode ser da mesma forma? Por que o Distrito Federal não pode? O máximo que podemos aqui é ser despachante de luxo da Polícia Civil e do Corpo de Bombeiros. A única coisa possível é bater na porta do comandante e pedir para que ele, pelo amor de Deus, faça uma licitação ou faça alguma coisa para colocar em manutenção as viaturas – é o máximo que a gente pode fazer –, e usar esta tribuna para mostrar o que está acontecendo aqui no Distrito Federal.

Obviamente, este é um debate que vai durar anos, sobre a questão da competência constitucional da Câmara Legislativa em relação a essas três forças. Não estou aqui querendo colocar esse debate, mas o que estou querendo trazer é o seguinte: que os nossos policiais que cuidam das nossas vidas não estão tendo as suas vidas cuidadas pelo Estado, que é quem deveria cuidar.

Aí, pergunto: por que a Polícia Militar, entre aspas, vai fazer operação tartaruga? Muito simples. Porque não tem segurança, Deputado Bispo Renato Andrade e Presidente Deputada Celina Leão. Não tem segurança para ir para as ruas fazer a nossa segurança.

Aqui eu quero deixar, então, o meu apelo à Secretaria de Estado de Segurança Pública, o meu apelo ao novo comandante da Polícia Militar, o meu apelo ao Governador, que tem sensibilidade, para que cuidemos dos nossos policiais. Cuidar do mínimo. Dar um colete à prova de balas que não esteja vencido, fazer a manutenção das viaturas, comprar novas viaturas para a Polícia Militar se essas não prestarem mais. Porque aqueles que defendem a nossa vida precisam também ser defendidos.

Obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Rede. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu acredito que V.Exa. vá me chamar para o Comunicado de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2016	15h	4ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

Parlamentares ainda e me honrar com o tempo no Comunicado de Parlamentares, Deputado Bispo Renato Andrade, que preside esta sessão.

Eu queria fazer uma questão de ordem, porque, como no Comunicado de Parlamentares não cabe aparte, eu queria somente dar um dado complementar ao discurso.

Primeiro, parabenizo o Deputado Rodrigo Delmasso e o Deputado Wellington Luiz pelos pronunciamentos que pude acompanhar e, pela interferência genial, o Deputado Ricardo Vale, e quero dar um dado que, é lógico, em momento oportuno, nós vamos trazer ao plenário, que diz respeito à situação da Polícia Civil, que também é muito preocupante.

Eu já tive oportunidade de dizer aqui da tribuna que nós vamos ter, se não for feita logo essa convocação dos policiais concursados, delegacias fechadas no Distrito Federal pela primeira vez na história. Eu espero que a gente consiga resolver isso. Isso não é terrorismo. Isto é pura verdade: estarmos convivendo com uma situação de que delegacias sejam fechadas.

E a situação se torna cada vez pior, Deputado Julio Cesar e Deputado Bispo Renato Andrade, porque, além de todas as dificuldades legislativas e executivas que temos, ainda somos surpreendidos com uma decisão do STJ que diz que policial, de qualquer força que seja, policial militar, policial civil, policial federal, quando se aposenta, perde o porte de armas.

Então, para o STJ, o policial que passa a vida toda correndo atrás da malandragem, prendendo, combatendo o tráfico, combatendo a criminalidade, quando se aposentar, não terá mais direito ao porte de armas. E aí você é surpreendido com uma situação dessas. Eu sei que as entidades de classe já estão se mobilizando para ir ao Supremo Tribunal Federal, mas isso é só para se ter uma ideia da dificuldade que as forças de segurança passam no País. Não é só no Executivo, não é só no Legislativo, mas, até no Judiciário, têm que matar um leão a cada dia.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Dando continuidade ao Comunicado de Parlamentares, concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Lira. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Roosevelt Vilela. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2016	15h	4ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para registrar que estou dando entrada, hoje, a um requerimento de audiência pública, para que, no dia 11 de março de 2016, possamos discutir, aqui, neste plenário, as formas de ingresso nas creches públicas do Distrito Federal, porque, nesse período de férias, várias pessoas estiveram em meu gabinete, falando da dificuldade dos critérios apresentados pela Secretaria de Educação, demonstrando que alguns pais, que têm condições de pagar uma creche particular, estão tirando vagas de pessoas que não têm essa condição.

Tentamos buscar algumas informações na Secretaria de Estado de Educação, mas, realmente, as coisas lá são meio confusas e o Secretário não conseguiu nos enviá-las. Por isso, vou fazer uma audiência pública para realmente debater e ver esses critérios, essa questão de pontuação, porque, pelo visto, muita gente tem sido prejudicada e nós precisamos equacionar essa situação.

Então, só para deixar registrado que estou pedindo essa audiência pública.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sr. Presidente, boa tarde a todos. Ontem, o Diário Oficial do Distrito Federal publicou a nomeação de 159 professores para a rede pública de ensino, o que nos deixa contentes por um lado e preocupados por outro, visto que essas nomeações ainda são insuficientes para que o ano letivo inicie com todos os professores em sala de aula. Há, pelo menos, oitocentas vacâncias decorrentes de aposentadorias, de tal maneira que as 159 nomeações são boas, porém, insuficientes.

Então, fica, aqui, o nosso pedido para que o Estado agilize as nomeações dos professores. Seria uma marca do Governo do Distrito Federal. Nunca, nos últimos vinte anos, o ano letivo iniciou com todos os professores em sala de aula. O Governador Rodrigo Rollemberg poderia aproveitar a oportunidade e nomear as pessoas que já estão concursadas, substituir os contratos temporários, deixando uma marca: o único governo que teria iniciado o ano letivo com todos os professores em sala de aula.

Além dessa questão da nomeação, nós temos o problema do auxílio-



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2016	15h	4ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

alimentação dos contratos temporários. A partir de uma interpretação do Tribunal de Contas do Distrito Federal correta, porque não havia previsão legal para o pagamento do auxílio-alimentação e do auxílio-transporte para os professores de contratos temporários, a Procuradoria Geral do Distrito Federal orientou a Secretaria de Educação a suspender o pagamento desse benefício, porém isso tem de ser regulamentado. Para corrigir o problema, o Poder Executivo tem de encaminhar para a Câmara Legislativa do Distrito Federal um projeto de lei regulamentando o auxílio-transporte e o auxílio-alimentação dos professores de contratos temporários e também de outros profissionais de outras áreas.

O meu medo é que o ano letivo está prestes a começar e até agora esse projeto de lei não chegou a esta Casa de leis. Já tive algumas reuniões com as pastas competentes e disseram que esse anteprojeto de lei já está nas mãos da Casa Civil. Eu recebi essa notícia em outubro do ano passado. Por que quatro meses para analisar um anteprojeto e encaminhá-lo para esta Casa? Será que os professores de contratos temporários, que já são humilhados, muitas vezes, não têm o direito a se alimentar? Ou seja, eles que já recebem menos, eles que já não têm as mesmas garantias e condições de trabalhos, ainda são penalizados com a insegurança de iniciar o ano letivo sem o auxílio-alimentação e sem o auxílio-transporte.

Então, fica aqui o recado ao Poder Executivo: que encaminhe, o mais rápido possível para esta Casa, o projeto para regulamentar o auxílio-transporte e o auxílio-alimentação dos professores de contratos temporários e dos profissionais de outras áreas do Governo do Distrito Federal.

Muito obrigado.

(Assume a Presidência o Deputado Julio Cesar.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Obrigado, Deputado Prof. Reginaldo Veras. Aproveitando um pouquinho da sua fala, eu queria deixar aqui também, como diz o nosso Deputado Prof. Israel, uma reflexão, porque nós sempre somos exigentes, sempre temos essa questão de cobrar soluções do governo ou do governador, mas eu acho que também temos que saber reconhecer todo o esforço.

Acho que deveríamos estar aqui comemorando 159 pessoas que foram nomeadas porque, diante da grande dificuldade por que o governo vem passando, ele dá um sinal e cumpre aquilo que falou numa audiência pública, que foi por mim conduzida, juntamente com o Deputado Prof. Israel, com o Deputado Prof. Reginaldo Veras. Então, eu acho que neste momento cabe um elogio ao governo, porque são 159 pessoas.

Eu quero apenas deixar essa reflexão porque, muitas vezes, até na hora que o governo faz coisa boa, a gente acaba criticando. Então, é um papel do Deputado criticar, mas também tem que realmente falar: "Poxa, parabéns, Governador, pelos 159. É pouco, ainda queremos mais, mas parabéns pelo ato".

Então, só quero deixar isso registrado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2016	15h	4ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

Quero convidar a nossa Presidente da Casa, Deputada Celina Leão, para fazer uso da palavra neste momento.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sras. e Srs. Parlamentares, primeiramente eu quero dar a todos os Parlamentares aqui as nossas boas-vindas. A nossa expectativa é de que este ano seja um ano de muito trabalho.

Eu quero rebater uma crítica que hoje esteve num veículo de comunicação, dizendo, Deputado Wasny de Roure, que a Câmara Legislativa do Distrito Federal, em quatro dias de trabalho, gastou 52 milhões. Primeiro que a informação é equivocada. A Câmara Legislativa do Distrito Federal, do começo do ano para cá, gastou 26 milhões, dos quais 25 milhões e pouco foi com pagamento de pessoal.

Esse tipo de informação que passam para a sociedade, sem se preocuparem com a verdade, sem realmente olharem os números, gera uma situação preocupante, irreal. Passam isso para a sociedade como se todos os Deputados não trabalhassem.

Eu acho que a gente tem que ter a seguinte expectativa: não é o número de projetos que votamos aqui vai dar qualidade a este Parlamento, até por que estamos fartos de leis, muitas das quais não são cumpridas por quem deveria cumpri-las.

Então, esta Casa tem que se preocupar com as suas funções, dentre elas a fiscalização – uma das maiores cobranças que recebemos e que esta Casa tem exercido com muita maestria.

Aproveitando a oportunidade de falar sobre fiscalização, Deputado Wasny de Roure, eu quero aqui parabenizar a CPI dos Transportes, que tem trabalhado fortemente, tem trazido resultados para a cidade, e o meu primeiro pronunciamento não poderia ser outro que não fosse sobre a questão do transporte. Eu venho falando sobre isso há muitos anos já. Desde 2012 a gente vem falando sobre isso.

A ação popular que anulou toda a licitação é de minha autoria. Só que, graças à CPI aberta, a materialidade da ação foi robusta, Deputado Raimundo Ribeiro. Então, aqui eu quero cumprimentar o Deputado Bispo Renato Andrade, que assumiu com muita firmeza a condução da CPI – não é uma CPI fácil! –, e não só o Deputado Bispo Renato Andrade, mas todos os cinco membros da CPI, que não se curvaram diante dos inúmeros episódios que esta Casa viveu: tentativa de se frustrarem os trabalhos, de coagir os Parlamentares, de soltar informações inverídicas...

Para quem teve a oportunidade de ler os autos da ação, muitas vezes o que estava escrito nos autos, além de ser a nossa ação principal, muitos documentos que eu mandei foram a partir das informações que estão sendo processadas pela CPI.

Então, se as pessoas acham “Ah, a CPI vai dar em pizza!”, já não deu! Ela já não deu em pizza, ela já está trabalhando, já deu sucesso. Nós conseguimos anular essa licitação que causava um prejuízo de quase 1 bilhão aos cofres públicos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2016	15h	4ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

Brigando, muitas vezes, contra o aumento de impostos, mas o que é 1 bilhão? Talvez seja o maior (Inaudível.) dos recursos públicos no superfaturamento, de 1 bilhão por ano. Se a gente não anulasse isso, Deputado Raimundo Ribeiro, se estenderia por vinte anos essa licitação.

Eu acho que agora o GDF tem a oportunidade de fazer uma licitação correta, que eu tenho a certeza de que será acompanhada e fiscalizada por estes Parlamentares da Casa. Então, esta Casa cumpre um papel importante, que é o papel da fiscalização.

Por isso, eu tenho muito o que elogiar, aproveitando a oportunidade de o Deputado Raimundo Ribeiro estar presente no plenário. Como estamos no período de Comunicados de Parlamentares, eu não posso conceder aparte a V.Exa., mas logo após eu sair, eu sei que V.Exa. vai querer falar sobre isso, porque é um membro efetivo, que esteve em todas as reuniões, montou uma equipe para isso, que trabalhou fortemente.

Eu acho que esta Casa cumpre um papel importante, o papel da fiscalização, com muita democracia, tendo várias pessoas participando da CPI, trazendo depoimentos importantes. Mas eu acho que o mais fundamental de tudo isso é estancar esse corredor de corrupção que existia no superfaturamento do transporte público.

Hoje, Deputado Raimundo Ribeiro, eu fui questionada na rádio *Transamérica* – eu tive a oportunidade de dar uma entrevista lá –, e o jornalista me perguntou: “Deputada, nós ficamos sabendo que vai chegar um projeto de lei na Câmara Legislativa, do Executivo, limitando o número de vagas nas garagens para incentivar o transporte público?” O governo não tem que se meter com isso, é por conta da iniciativa privada, se o cara tiver dinheiro para comprar um apartamento que tenha duas, três vagas na garagem, ele vai comprar. O governo tem que dar um transporte público de qualidade, para que a pessoa largue o seu carro na garagem e use o transporte público, essa é a nossa grande missão. A grande missão é colocar os trilhos para funcionar, ampliar o metrô, ver o transporte público na frente. Cito, com muito carinho e com muita realização pessoal, esse trabalho que a CPI fez.

Deputado Raimundo Ribeiro, quero parabenizá-lo. V.Exa. perdeu tempo, muitas vezes foi duro nas interpelações que fez aqui com as pessoas que estavam sendo questionadas, mas eu quero dizer que deu certo.

O jornal *Correio Braziliense* de hoje trata de uma auditoria do GDF que chega muito atrasada, depois de a gente brigar muito e de ter um Secretário falando que tinha que acabar com a CPI logo, chega atrasada para não ficar desmoralizada, Deputado Wasny de Roure.

E é por isso que eu falo com coerência, não falo só quando eu era da Oposição não, eu estou criticando o nosso governo aqui, Deputado Raimundo Ribeiro, que demorou quase um ano para fazer uma auditoria, depois de a gente ter ganhado a nulidade da ação popular, depois de o Ministério Público fazer busca e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2016	15h	4ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

apreensão, aí solta uma auditoria do controle interno do GDF, que está atrasada, que chega tarde, mas chega. E que aponta, só na auditoria, mais de 100 milhões de desvio.

Esta Casa cumpriu o dever de casa, que é fiscalizar os cofres públicos, independentemente de quem seja o Governador. Eu acho que esta é a minha missão como Deputada, não como Deputada de base ou como Deputada de oposição, mas como Parlamentar. Isso precisa ser mudado, estamos fiscalizando o dinheiro público. O Governador tem que dar troféu para nós, para entender o seguinte: que ele vai ter mais dinheiro para fazer um governo mais eficiente, vai sobrar recurso público para investir na saúde, na educação.

Eu acho que esta Casa contribui fortemente para esse trabalho agora com a evolução de tudo isso. Sinto-me, como Parlamentar, realizada mesmo, porque as pessoas acham que não vai dar em nada, que é um instrumento ruim, mas está aí, a ação popular deu certo, a CPI deu certo. Tenho certeza de que nós vamos estancar tudo isso, vamos fazer uma licitação correta e reaver esses recursos aos cofres públicos.

Esta é a minha fala.

Muito obrigada, Deputado Raimundo Ribeiro.

(Assume a Presidência o Deputado Rodrigo Delmasso.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se V.Exa. me permite, até para poder dar um respaldo regimental, o meu bloco é liderado pelos Deputados Agaciel Maia e Juarezão e pelas Deputadas Telma Rufino e Liliane Roriz. Como o Deputado Agaciel Maia não está e a Deputada Telma Rufino, que está aqui, permite-me falar em nome do bloco, eu gostaria de poder utilizar esse espaço no Comunicado de Líderes também.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Nós estamos nos Comunicados de Parlamentares.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – De Parlamentares?

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – V.Exa. pode usar a palavra como Parlamentar.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero parabenizar a Deputada Celina Leão, pois, quando S.Exa. começou a falar nessa mudança no transporte público, eu não estava nesta Casa, mas acompanhava diariamente as manifestações de S.Exa., que, muitas vezes solitariamente, já dizia que nós tínhamos problemas nessa questão do transporte.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2016	15h	4ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

O tempo passa, muda-se o governo e temos uma nova composição na Câmara Legislativa. Desde o início, também a Deputada Celina Leão estimulou bastante que nós fizéssemos essa CPI do Transporte. Hoje, Deputada Celina Leão, além de parabenizá-la, quero apenas manifestar a minha estranheza, porque vi uma página inteira do jornal *Correio Brasiliense* ser dedicada a esse tema e, em momento algum, esse veículo de comunicação faz menção à CPI dos Transportes. Em momento algum. Eu não sei exatamente se é falta de sintonia, se é falta de sistematização dentro de um jornal.

Não sei, mas é muito estranho que um veículo de comunicação – que lá, num passado recente, foi muito lido, as pessoas tinham por hábito adquiri-lo, formava opinião – esqueça de algo fundamental que o Poder Legislativo do Distrito Federal, desde o início de 2015, desde o início da legislatura, começou a investigar. Quis o destino que uma ação popular, na qual a Deputada Celina Leão é uma das partes, inclusive, uma das autoras, tivesse o desfecho, uma sentença na qual a autoridade judiciária determina que o contrato seja tornado nulo.

Os fundamentos, Deputada Celina Leão, daquele decreto sentencial são muito parecidos com os caminhos que estão sendo adotados aqui nesta CPI. Aí, de repente, um ano e um mês depois, um veículo de comunicação vem dizer que há a recomendação de que fosse feita essa auditoria. Nós cobramos o tempo inteiro aqui que esta auditoria fosse feita, inclusive em uma medida preliminar que fizemos, no final do ano, consta a sugestão, a recomendação de que fosse feita essa auditoria. Aí, vem o veículo informar que o governo fez isso, fez aquilo. Não. O governo não fez, não! Quem fez, quem jogou luz sobre essa situação, Deputada Celina Leão, foi V.Exa., lá na origem, e depois ajudada aqui pela CPI, para que a gente pudesse, realmente, jogar luz sobre essa questão do transporte público do Distrito Federal. Se o governo, através de um de seus órgãos, fez algum relatório e deve ter feito, o jornal o noticiou.

Eu quero dizer que, antes disso, esta Câmara Legislativa, exercendo seu verdadeiro papel de fiscalizador dos atos públicos, já trabalhou, o ano inteiro, para levantar os problemas que estão acontecendo, porque ainda estão acontecendo. O fato de ter sido noticiado não significa que tenha sido corrigido, não. Ainda estão acontecendo e vejam as coisas com muita clareza. Por exemplo, há um parecer que está lá, em uma dessas secretarias com símbolo esquisito, dizendo que a gratuidade não pode receber pagamento de tarifa técnica.

Agora, um ano e um mês depois, o governo está dizendo isso, a auditoria que foi realizada está dizendo, mas nós dissemos isso aqui, na presença do Secretário, e nenhuma providência foi adotada. Precisa-se adotar. Não dá para ficar com essa coisa de: "vou providenciar, vou fazer". Tem que ter atitude. A sua altitude depende da sua atitude. É só tirar o i. Por quê? Porque o transporte público realmente é esse fiasco.

Essa história que a Deputada Celina Leão colocou muito bem de o governo mandar um projeto limitando o número de vagas... Pelo amor de Deus! O governo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2016	15h	4ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

tem que entender – e aqui não estou falando do nosso, não; é qualquer governo – que tem que parar de se meter na vida dos outros. Se não consegue resolver nem sua vida, vai resolver a vida dos outros? Faça um transporte público decente. Fazer transporte público decente não é difícil não, Deputado Wasny de Roure. É só verificar quem quer trabalhar com seriedade, cobrar o valor justo para transportar as pessoas, comprometer-se a oferecer um serviço de qualidade e o governo só dá autorização. Não tem que ficar pagando coisa nenhuma, não, como ele vem fazendo. Mas, infelizmente, nós criamos, no Brasil, de uma forma até inconsciente, essa coisa autoritária de se meter em tudo. O governo se mete em tudo. Quer resolver a vida do cidadão se ele não consegue resolver nem o problema dele. Veja, nós temos hoje uma administração pública tanto no âmbito federal quanto no âmbito distrital.

Quem é que pode, dentro de uma análise sistêmica, dizer o que é um governo? Porque cargos são criados de acordo com as necessidades de se empregar a, b ou c! Por quê? Porque vigora ainda no Brasil a ideia da base aliada ou base alugada. Ainda se continua achando, Deputada Celina Leão, que a pessoa, pelo simples fato de efetivar uma crítica fundamentada a uma ação de governo... – Ah, mas Fulano é do governo, não podia ter falado isso! – Que história é essa? Aqui ninguém é alugado, não! Você é aliado quando você faz a crítica para corrigir!

Eu, aqui, nesta tribuna, já tive a oportunidade, Deputado Wasny de Roure, de lembrar São Tomás de Aquino, que ensinava “prefira os inimigos que lhe criticam, porque lhe corrigem, aos amigos que lhe bajulam, porque lhe corrompem”. E essa é a verdade! Agora: é preciso que, na questão do transporte público, nós saíamos da página de jornal incompleta – que não colocou o trabalho da CPI – para a efetividade.

Por exemplo: o governo já recebeu o dinheiro que lhe é devido pela publicidade nos veículos automotores, nos ônibus da propaganda que vem lá atrás? Não sei! É preciso que o governo responda a isso. O governo já suspendeu pagamento de tarifa técnica para o negócio da gratuidade? É preciso que isso seja visto! E eu me atrevo até a mais, até mesmo na condição, Deputado Rodrigo Delmasso, de advogado da União – eu sou advogado por ofício. Sei inclusive de recursos de ofícios, mas sei também que o governo pode – se assim desejar e quiser fundamentar, Deputada Celina Leão – simplesmente aproveitar essa decisão judicial que dá ao governo todos os fundamentos para fazer uma nova licitação. Se o governo quiser ele faz. E 180 dias é prazo suficiente, sim. Nós temos que parar de achar que, para fazer licitação, é preciso três ou quatro anos. Depende. Quando a gente quer ver a bandalheira, realmente não é três ou quatro anos, é década. Mas, se quiserem fazer uma licitação transparente, tranquila, sem problema, dá para fazer, sim, em 180 dias, que foi o prazo assinado pela autoridade judiciária. O que não dá é ouvirmos discurso falacioso: “ah, mas nós não podemos prejudicar a população”. Mas ninguém está mandando prejudicar a população, não! Mandou-se que, num período de transição, se faça o procedimento licitatório, o certame! E é possível fazer! E o juiz apontou todos os vícios, vícios talvez até insanáveis! E, se são insanáveis, tem que fazer logo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2016	15h	4ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

Então, eu acho que, quando se ouvem críticas feitas ao Legislativo... E sabemos que as críticas são feitas, porque esta Casa é aberta mesmo, Deputada. O Parlamento sempre será o Poder mais criticado, porque é o mais exposto, é o mais aberto. Às vezes há críticas justas; às vezes, injustas. Agora: é preciso também que as pessoas que se colocam como defensoras da sociedade e não têm essa função – alguns que não têm essa função – precisam dar informação correta, verdadeira, completa, porque a pior das coisas, Deputada Celina Leão, é você contar uma meia verdade, porque, se é meia, há outra meia fora do lugar. E essa outra meia fora do lugar é a meia mentira.

Então, eu gostaria, nesta tribuna, de dizer que o *Correio Braziliense* – do qual eu até sou leitor ainda – hoje realmente fez uma matéria enorme sobre o transporte público. Só se esqueceu de dizer que, num dos Poderes constituídos, que é o Legislativo, uma CPI trabalhou muito e nunca deixou de atendê-los. Sempre prestou as informações, e é mesmo obrigação nossa. Mas é bom que a gente dê a informação por inteiro.

Eu sei que alguns não gostam muito de tecer críticas a veículo de comunicação, mas isso é bobagem. Todos nós, seres humanos, estamos sujeitos a críticas: eu, aqui no Parlamento; o jornalista, quando está escrevendo. Nesse caso específico, eu gostaria realmente que pelo menos o *Correio* explicasse ao seu ainda leitor por que ignorou olímpicamente – talvez porque este ser um ano olímpico – a CPI dos Transportes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Parabéns, Deputado Raimundo Ribeiro.

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Rede. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres pares, imprensa, servidores da Casa e visitantes, eu venho à tribuna hoje para falar de dois temas. Sobre um deles – a Lei do Silêncio – falarei muito rapidamente, porque creio que faremos nesta Casa um debate sobre isso durante este semestre legislativo.

Não é especificamente a Lei do Silêncio que me interessa, mas os efeitos que nós podemos tirar do último carnaval de Brasília. Apesar dos pesares da insegurança e de alguns homicídios, eu quero me ater ao caráter da economia criativa, da possibilidade da cultura de gerar emprego e renda.

O carnaval de Brasília já é tido como um dos melhores do Brasil, com visitantes. E não falamos apenas da festa, da folia. Eu tive oportunidade de acompanhar, por exemplo, o Deputado Rodrigo Delmasso, que fez um congresso em sua igreja. Quantas pessoas vieram aproveitar! Vieram também pessoas de outras denominações. Enfim, o carnaval acabou se tornando algo muito forte na cidade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2016	15h	4ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

O meu objetivo é justamente tratar de algo em que venho batendo há muito tempo. Os governos e os estados, sobretudo no Brasil, não observam a capacidade que tem a cultura de gerar riqueza para o País. Não observam a capacidade que a cultura tem de gerar emprego. Há pessoas que vivem a partir desta atividade cultural: o carnaval.

Que tenhamos em mente trabalhar cada vez mais com esse fator. A cultura gera, sim, riqueza para o povo, do ponto de vista antropológico, lúdico, mas gera também riqueza para o Estado, que pode muito bem ser revertida para a população.

Quanto à Lei do Silêncio, devemos entender que hoje há necessidade de se buscar um equilíbrio. Hoje o que temos visto é um Fla x Flu, um Palmeiras x Corinthians, enfim, uma guerra! De um lado os moradores, de outro lado o pessoal da cultura. E não pode nem deve ser esse o caminho. Se assim for, permanecerá essa luta por muito tempo. A Lei do Silêncio deve ser construída num ponto de equilíbrio. Não se trata especificamente de aumentar decibéis, mas de se reconhecer atividades e momentos desta cidade.

O Deputado Ricardo Vale tem feito uma luta incessante. Admiramos esse trabalho. Vamos compor com S.Exa. a luta de audiências públicas. Eu mesmo fiz uma audiência pública na última gestão. É necessário que tenhamos uma força que seja convergente, juntando o Executivo, o Legislativo, a sociedade civil e também – por que não dizer? – o próprio Ministério Público. A gente acha que deve se montar um grupo de trabalho com essas presenças.

É importante termos aqui o Deputado Prof. Reginaldo Veras, Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura; o próprio Deputado Ricardo Vale, que é autor de um projeto de lei que trata do tema; a Secretaria de Meio Ambiente, a Secretaria de Cultura, a sociedade civil, para tratar especificamente da cultura, que é tão rica e oferece muita riqueza para o Distrito Federal.

Há outro tema sobre o qual eu queria falar nesta tarde. Quero parabenizar, mais uma vez, a CNBB que ontem lançou a Campanha da Fraternidade 2016. Em especial, quero parabenizar, juntamente com a Igreja Católica, o CONIC – Conselho Nacional de Igrejas Cristãs, a Igreja Católica Apostólica Romana, a Igreja Anglicana, a Confissão luterana, a Ortodoxa de Antioquia e a Presbiteriana Unida, neste ano, trazem um tema extremamente relevante para o País e para o mundo: a questão do saneamento básico. O mundo hoje carece demais dessa questão.

O Papa Francisco, no lançamento, disse que o acesso ao saneamento básico, esgotamento sanitário e água potável são condições necessárias para a superação da injustiça social e para a erradicação da pobreza e da fome, para a superação dos altos índices de mortalidade infantil e de doenças evitáveis e para a sustentabilidade ambiental.

Quando a gente vai mergulhar no tema, a gente vê que os dados são surpreendentes, mas surpreendentes de forma negativa, dada a posição que o Brasil ocupa entre os vinte piores do mundo do ponto de vista do acesso à saneamento



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2016	15h	4ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

básico. Mesmo com tantos avanços das últimas décadas, isso é algo que está presente no dia a dia do brasileiro e no dia a dia da população mundial. Aqui no Brasil, por exemplo, só para se ter ideia, 100 milhões – vejam o número –, 100 milhões de pessoas não têm saneamento básico, Deputado Rodrigo Delmasso. Cem milhões de pessoas! E apenas 40% dos esgotos do Brasil são tratados. Se desse esgoto que existe, 100% fossem tratados, companheiro Deputado Chico Leite, seria uma redução anual de 75 mil internações.

Nós não estamos falando somente de levar o saneamento básico. Estamos falando de economia para o Estado. O mundo hoje tem dados alarmantes, quando você pensa que 1 bilhão de pessoas do mundo não têm banheiro! Um bilhão de pessoas têm que fazer suas necessidades básicas a céu aberto. Mais de 4 mil morrem por falta de acesso à água potável. Isso diariamente. Mais de 4 mil pessoas morrem por falta de acesso à água potável.

A América Latina tem um dado extremamente curioso e cômico, se não fosse trágico. Na América Latina, há mais acessos a telefones celulares do que a banheiros. Então, nós temos, sim, uma inversão de prioridades governamentais em toda a América Latina de que devemos tratar. Cento e vinte milhões de latino-americanos não têm acesso a banheiro.

Eu acredito que esses questionamentos colocados ontem pela Campanha da Fraternidade... O método da campanha é muito interessante, porque os padres, os pastores, os bispos vão às suas comunidades e fazem as suas orações, nos chamados círculos bíblicos, mas, embutida na questão espiritual está essa questão social extremamente pertinente. Em cada reunião há, sim, um gesto concreto que visa melhorar o tema.

Então, em tempos de dengue, *Aedes Aegypti*, de zika vírus, as igrejas trazerem esse debate é extremamente louvável.

Eu espero que a Câmara Legislativa também entre nesse debate, seja na sessão solene de autoria do Deputado Wellington Luiz, à qual nós vamos nos irmanar, nós também estaremos, nos próximos dias, fazendo uma audiência pública para discutir a questão do zika vírus, que hoje é uma epidemia mundial. Esta poderia ser muito bem evitada se nós todos nos envolvêssemos com o debate e com ações pertinentes a esse tema, porque, hoje, o Distrito Federal, o brasiliense é o cidadão do nosso País que mais gera lixo. Enquanto nós temos uma média no País em torno de 1 quilo de resíduo sólido por dia, o Distrito Federal produz quase o dobro, e a concentração maior está nas grandes cidades.

Enfim, espero quarenta dias para que esse tema possa voltar ao debate e a Câmara Legislativa também possa dar uma contribuição consistente para que a Campanha da Fraternidade, além das orações, desse tempo importante para os cristãos, também sirva como um momento para lutar por uma questão social tão importante, que é o acesso ao saneamento básico e à água potável.

Obrigado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2016	15h	4ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Continuando o Comunicado de Parlamentares, concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sra. Deputada Luzia de Paula, Sr. Deputado Prof. Reginaldo Veras, Sr. Deputado Chico Leite, Sr. Deputado Rodrigo Delmasso, como só nós estamos em plenário, fica mais fácil citar os nomes.

Volto a um tema da mais alta importância para esta cidade. Quero falar novamente da questão da violência. Dizia há pouco à Deputada Luzia de Paula que o Governador Rodrigo Rollemberg está se iludindo com os números. Na verdade, estão maquiando os números da violência no Distrito Federal. Os números não são aqueles que estão sendo divulgados pelas autoridades de segurança do Distrito Federal. Aqueles números são mentirosos, basta irmos a qualquer canto desta cidade para verificar que os números são outros, completamente diferentes. Na verdade, a cidade está amedrontada, está acuada.

Antigamente, pelo menos quando eu cheguei ao Distrito Federal, nós que moramos nas cidades do DF éramos vítimas diretas da violência. A verdade hoje é que a violência tomou conta de todo o Distrito Federal: vai do Sol Nascente ao Lago Sul, na mesma proporção e no mesmo índice de brutalidade.

Chegamos ao ponto em que os bandidos não respeitam mais nada. Para mim, o maior símbolo é quando eles tocam fogo nos postos policiais. Aquilo ali é uma desmoralização do aparelho de segurança pública. A maioria dos postos já foram queimados. Vi as cinzas do posto no Sol Nascente, na Avenida Maranata, trecho 2, no Condomínio Vitória. Tinha sido colocado fogo pelos marginais. Duas senhoras estavam lá, lutando para a reativação daquele posto que foi destruído.

A violência adquiriu tal proporção no Distrito Federal que nem as igrejas estão escapando. Antes estavam arrombando e levando os pertences das igrejas de todas as denominações, inclusive da Igreja Católica. E agora os próprios padres estão sendo vítimas da violência. A vítima de ontem foi o padre Zé Raimundo, que era da igreja da Ceilândia, uma pessoa que tem um amor profundo pela Ceilândia, foi da Paróquia São Francisco, depois esteve na Mãe da Divina Providência por seis anos. Agora o Bispo o transferiu para a Igreja da Glória. Ontem, ao meio-dia, ele foi assaltado à mão armada no P Sul. Os bandidos chegaram e levaram o carro dele na mão grande, ameaçando-o de morte. Todos os meios de comunicação do Distrito Federal deram destaque ao assalto, porque foi um fato inusitado um padre ser assaltado, um padre que só prega o bem e pratica o bem, que aconselha inclusive os marginais a saírem da vida do crime. Eles vão lá, roubam e ameaçam as pessoas de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2016	15h	4ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

morte. Levaram o Fiat Strada da Paróquia da Glória. Felizmente, a polícia de Goiás alcançou os facínoras, no final da tarde, em Anápolis. Eles estão presos.

Esse é o verdadeiro índice da violência no Distrito Federal. Portanto, é preciso que o Governador não se iluda com os números que estão levando para S.Exa. É preciso que S.Exa. vá lá, ao campo real, ver de perto efetivamente o que está acontecendo.

Nós, que moramos nas cidades do Distrito Federal, estamos Deputados, mas somos moradores daquelas cidades. O Deputado Reginaldo é professor, eu sou vigilante, a Deputada Luzia é professora, e a gente sabe como o nosso povo está vivendo. A gente sabe que aqueles números são mentirosos e que o governo não pode acreditar numa mentira e ficar achando que aquilo é verdade, porque não é. E a população sabe que não é. Esse é um fato realmente gravíssimo sobre o qual a Câmara Legislativa deve se debruçar, para encontrar uma solução.

Eu trago outro problema, já no segundo tema, que é uma situação gravíssima. Milhares de servidores públicos do Distrito Federal, alguns estão chegando aos raios do absurdo de atentar contra a própria vida – mais de uma pessoa já ceifou a própria vida – em função do superendividamento com o BRB. As pessoas tinham uma expectativa de receber um aumento, não receberam; tinham a expectativa de receber uma pecúnia, que também não receberam; e agora não estão recebendo nada de salário.

Imaginem, senhores que estão aqui, que são trabalhadores também, alguém que trabalha o mês inteiro num hospital ou numa escola, e, quando chega no final no mês, não tem um centavo para receber, quando vai à agência do BRB, ainda é destrutado. Destrutado! Porque tem uma coisa que é importante, que é a manutenção das contas desses servidores no BRB, mas este banco acha que não tem obrigação nenhuma com eles. E tem!

Na época do Governo Agnelo, sabendo da maneira com que eles seriam tratados nas agências, nós conseguimos montar um núcleo dentro do próprio banco, aqui, na sede, onde as pessoas iam e negociavam o cumprimento da lei. Ninguém está pedindo mais do que o cumprimento da lei, que é só poder comprometer 30% do salário. Isso é lei. O banco está ficando com tudo. Na verdade, o banco está se apropriando indevidamente, está sequestrando a vida dessas pessoas.

Quarta-feira, eles estão programando um ato público na porta do Palácio, para tentar conversar com o Governador. Eles não estão pedindo nada mais, nada menos do que o cumprimento da lei, ou seja, a consolidação da dívida toda, uma vez essa dívida consolidada, passa-se a descontar automaticamente 30% do valor que ele recebe. Qual é a dificuldade de se cumprir a lei? O BRB é um fora da lei? Não! Não podemos aceitar, em hipótese alguma, essa situação.

A servidora Eliete, que está liderando esse movimento, é servidora da saúde, é do Hospital de Base. Era uma superendividada há três anos. A gente conseguiu fazer a renegociação dela e de outras centenas. Naquele tempo, eram milhares.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2016	15h	4ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

Agora eles estão numa situação tranquila, estão orientando outros que enveredaram pelo mesmo caminho.

Eles não são culpados da situação que estão vivendo. Foram levados, involuntariamente, para esta situação, e o banco não pode desconhecer isso. Ou está querendo milhares de ações na Justiça? Porque todo mundo que entrar na Justiça ganha, só que vai sobrecarregá-la.

Nós sabemos que o banco tem normas próprias, regidas pelo Banco Central, mas pode, perfeitamente, fazer isso. Não faz porque não quer. Não faz, porque a direção que está lá não tem compromisso nenhum com o bem-estar desses servidores, que hoje são o sustentáculo do Banco de Brasília.

Se tirarem as contas dos servidores – estou falando, porque sou correntista – do Banco de Brasília, ele quebra. Portanto, eles não podem, em hipótese alguma, tratar essas pessoas da maneira que estão tratando. Porque as empresas não tratadas assim! Por que não dão um tratamento digno, humano e respeitoso a esses trabalhadores e a essas trabalhadoras que se endividaram em função da situação vivida neste momento? Não foi por vontade própria. Não é porque sejam gastadores contumazes, não é porque sejam perdulários. Chegaram a essa situação, e as autoridades precisam resolver.

Da minha parte, estou à disposição para ajudá-los. Espero que o Governador Rodrigo Rollemberg, que já foi Deputado Distrital, escute o clamor desta Casa.

A impressão que eu tenho, muitas vezes, é de que estamos pregando no deserto.

Deputado Rodrigo Delmasso, V.Exa. é pastor: o único que conseguiu pregar no deserto e depois dar certo foi Cristo. Ainda não temos este poder de pregar no deserto e despertar os ouvidos moucos das autoridades. Espero que o Governador Rodrigo Rollemberg nos escute.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Encerrado o Comunicado de Parlamentares.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

O Expediente lido vai à publicação.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Dá-se início à
ORDEM DO DIA.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Não havendo *quorum* regimental para a apreciação da Ordem do Dia, antes do encerramento, esta Presidência informa que, em virtude das obras realizadas ao lado do plenário, não serão disponibilizadas as notas taquigráficas da sessão ordinária de hoje.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2016	15h	4ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

(Levanta-se a sessão às 17h03min.)